

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Elson dos Santos Gomes Junior ¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma perspectiva analítica dos fundamentos da educação a partir da sociologia de Florestan Fernandes (1920-1995). Sua contribuição para a sociologia brasileira o fez patrono desta ciência no país e, além disso, incorpora em sua vasta produção contribuições que o colocam entre os grandes representantes do pensamento pedagógico brasileiro. Nestes termos delimitamos nossa análise de sua sociologia da educação a partir de suas obras estritamente dedicadas ao tema (FERNANDES, 1966; 1975; 1984; 1989), com o fito de abordarmos alguns temas pouco trabalhados, entre os quais, a relação entre conservadorismo e educação. Com isso acreditamos que tal abordagem se justifique como como contribuinte do enriquecimento do pensamento pedagógico crítico, principalmente, dos relacionados à sociologia do referido autor.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, Sociologia da Educação, Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

O sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995) encontra-se entre os grandes ícones das ciências sociais brasileiras e, além disso, desponta com grande mérito e contribuição na história do pensamento pedagógico brasileiro. Sua sociologia da educação possui, como em toda sua obra, uma perspectiva crítica e “radical” no dizer de Antonio Cândido (1990). Por isso porta um conteúdo que muito contribui para o enriquecimento pedagógico, pois, situa historicamente as necessidades, obstáculos e condições enfrentadas historicamente pela educação brasileira.

Sua análise porta uma forte presença do marxismo como uma das principais bases de sua criticidade e que tornou seu pensamento conhecido como o de um crítico ferrenho às estruturas socioeconômicas como condicionantes da desigualdade (FERNANDES, 2008; GRACIA, 2002; CÂNDIDO, 1990). Neste sentido, tratar da sociologia da educação de Florestan Fernandes equivale a atentarmos para uma possibilidade de enriquecimento político de nossas práticas educacionais.

Florestan Fernandes dedicou-se estritamente ao tema da educação em quatro de suas obras (FERNANDES, 1966; 1975; 1984; 1989) e, neste sentido, podemos delimitar neste

¹ Mestre em Sociologia Política – PPGSP – pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – RJ, elsonuenf@yahoo.com.br;

âmbito sua sociologia da educação. Diversos temas são abordados nestes quatro livros entre os quais a busca pela hegemonia de setores empresariais e religiosos da educação, a necessidade de uma reforma educacional com vistas à democratização do ensino, o afunilamento do ensino médio, a exclusão dos pobres do sistema educacional, entre outros. Para que possamos manter uma linha temática valorizaremos alguns destes temas nestas quatro obras.

Veremos assim como os resultados desta análise salientam as investidas nocivas do conservadorismo sobre a educação brasileira e, além disso, como estas contribuem para a limitação da democratização da educação de modo geral. Nestes termos os fundamentos de tal sociologia contribuem para um posicionamento crítico diante da prática educativa que, além de conteúdos e a tendência à verticalização do ensino, deve pensá-la como parte da construção social, e, portanto, para além dos muros da escola.

METODOLOGIA

A metodologia empregada consiste na análise das obras de Florestan Fernandes que tratam exclusivamente do tema “educação” (FERNANDES, 1966; 1975; 1984; 1989). Por conta da abrangência de questões trabalhadas optamos por desenvolver alguns conteúdos pouco estudados, como por exemplo, a questão do conservadorismo e seus efeitos sobre a educação. Tal abordagem importa para a reflexão dos fundamentos da educação de uma perspectiva pouco usual no que tange aos estudos deste autor.

Sendo assim trataremos na sociologia da educação de Florestan Fernandes a partir do percurso que se segue, sendo este composto pela (I) importância do conceito de conservadorismo, da (II) reforma educacional e, por fim (III), da relação entre formação humana e liberdade no processo educativo. Estas linhas explicativas foram escolhidas pelo fato de nortear as análises, de modo geral, nas obras do autor estudado que tratam detidamente da questão educacional. Além destas incluímos na análise outras obras importantes de Florestan Fernandes com o fito de corroborar nossa delimitação em sua sociologia e, além disso, comentadores que são usualmente citados nos estudos realizados sobre o autor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO

Certamente o conceito mais citado por Florestan Fernandes em suas obras é o de “conservadorismo”², uma vez que denomina uma característica histórica das classes dominantes no Brasil, ou seja, a luta para a manutenção da educação como um privilégio (FERNANDES, 1966; 1975). Assim, não apenas no âmbito educacional, mas, em diversas instâncias sociais, o privilégio caracteriza a construção social dos espaços de exercício da cidadania como ambientes previamente selecionados para os integrantes destas classes.

Neste sentido em “Educação e Sociedade” (FERNANDES, 1966, p.4) Florestan Fernandes denuncia que no percurso do desenvolvimento histórico brasileiro estabeleceu-se uma estrutura rígida que, muitas vezes, não consegue atender às “solicitações educacionais das comunidades humanas brasileiras”. Além disso, os avanços mostram a permanência de um paradoxo que se manifesta através de avanços e insuficiências; ou seja, apesar do sistema educacional brasileiro galgar conquistas ao longo da história, ele ainda atende, de forma realmente humana e plena, uma fração muito pequena da sociedade.

Para Florestan Fernandes (1966) o Brasil carece do “aumento de oportunidades educacionais” e que, caso essa questão seja tratada com a atenção que merece, poderemos reverter a questão do “insucesso escolar”. Esta categoria, para além de toda crítica realizada a respeito do discurso meritocrático, encontra em Florestan Fernandes uma solução que envolve a tríade “econômico, cultural e social”. Desta forma, essa perspectiva de “insucesso” pode ser problematizada para que, ao invés de culpar os educandos por um possível “fracasso”, estes tenham oportunidades de se desenvolverem para além do projeto educacional restrito ao campo meritocrático.

Neste sentido pensar a educação com Florestan Fernandes é necessariamente extrapolar uma perspectiva meramente formal e associá-la ao social e, mais precisamente, a um projeto de sociedade que tenha como meta a democratização das conquistas sociais (FERNANDES, 1966). Este é o “desafio educacional” (FERNANDES, 1989) que o Brasil necessita colocar para si para que possa maximizar as potencialidades de desenvolvimento humano. Neste quadro

² Muitas Vezes Florestan Fernandes emprega além do termo “conservadorismo”, a expressão “conservantismo”. Contudo, os termos se referem a uma postura de negação da “radicalização democrática” e, principalmente, do reacionarismo das classes hegemônicas em relação a concessão de status de cidadania para a população pobre e marginalizada pelas relações sociais e pelas instituições.

Florestan Fernandes salienta que não basta ter escolas, pois estas se tornam obsoletas se a “condição humana” das pessoas que a constituem se encontra em nível de degradação.

Essa perspectiva “radical” (CÂNDIDO, 1990), esbarra no conservadorismo presente na organização social e que se manifesta de forma reacionária e até mesmo autoritária e bárbara, toda vez que as classes menos favorecidas começam a ganhar espaço e/ou realizar conquistas que as tornam “ameaças” (FERNANDES, 1975) para as frações que ocupam tradicionalmente instâncias de realização material, cultural, política e econômica na sociedade.

Essa leitura levou Florestan Fernandes a realizar uma série de palestras, participar de movimentos sindicais de professores e trabalhadores da educação, a integrar e participar de movimentos estudantis, entre outros espaços de contestação do conservadorismo e seus efeitos nocivos sobre a democratização do ensino no Brasil (FERNANDES, 1966; 1975; 1984). Entre estes podemos citar a disputa envolvendo a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, publicada em 1961.

Os setores empresariais – financiadores de campanhas políticas para que tivessem seus representantes no congresso – fizeram de tudo para aprovar uma LDB que assegurasse a transferência de recursos públicos para o setor privado. Florestan Fernandes lutou arduamente para impedir a efetivação deste dispositivo. Além disso, debateu com setores religiosos representados no campo educacional por instituições que, usando o pretexto da liberdade confessional para educar, acessassem as verbas públicas para manutenção de suas propostas educativas de cunho religioso (FERNANDES, 1966).

Quando não conseguem êxito em suas tentativas nocivas contra a democratização do ensino, as classes atuam ideologicamente com a disseminação de equívocos e agressões contra a educação pública. Entre os principais ataques desta natureza Florestan Fernandes cita o discurso de que a educação é muito “cara” (FERNANDES, 1966, p.311). Esse, em uma sociedade conservadora e reacionária, ascende como pólvora a depreciação do ensino como um gasto, deixando assim de ser vista como parte de um projeto de desenvolvimento que, sem desenvolver as pessoas, jamais poder ser efetivado seja ele qual for (FERNANDES, 1976).

Neste sentido Florestan chama atenção para outro aspecto de sua sociologia da educação, ou seja, o fato de que o conservadorismo tão nocivo a educação no Brasil também é fruto de uma escolha de desenvolvimento (FERNANDES, 1989; 2005). Nela as elites dirigentes prezam pelo subdesenvolvimento como forma de manterem as condições favoráveis para a manutenção hegemônica de suas classes. Assim, ao não assumirem o papel histórico de classe dentro de um projeto burguês de sociedade, essas classes dirigentes fazem da desigualdade e

do subdesenvolvimento um lugar propício para sua sobrevivência, mesmo que seja uma existência subalterna diante do capital monopolista internacional.

Essa interpretação salienta que as desigualdades educacionais existentes no Brasil não são obras do acaso. Pelo contrário. Fazem parte de um projeto de desenvolvimento subalterno que garante para a elite nacional a sobrevivência, nos meandros do capital periférico, como classes hegemônicas e dominantes (FERNANDES, 1966; 1989; 2005). É isso que, segundo Florestan Fernandes, faz do Brasil uma sociedade que, além da questão educacional, encontra-se em “compasso de espera³” (FERNANDES, 2011). Além disso, torna a democratização de oportunidades e o que chamou de “radicalização democrática”, um “circuito fechado” (FERNANDES, 2010) que impede que a cultura democrática se estabeleça como norteadora das relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

REFORMA EDUCACIONAL

A luta de Florestan Fernandes pela reforma educacional está inscrita em uma delimitação política que não vislumbra meros ajustes e/ou discursos de alargamento de oportunidades educacionais no Brasil. Sua atuação em defesa da educação, da escola pública, da organização dos professores e outras tantas questões, foi fortemente influenciada por suas justificativas a respeito da reforma educacional. Assim, ao tratar da reforma universitária, afirma “(...) não acreditar na apregoada “fé reformista”, que não passa de um engodo e de um expediente dos que procuram inibir ou calar os adeptos de transformações radicais (FERNANDES, 1975, p.9).

Neste sentido, o principal pilar do conceito de “reforma” em Florestan Fernandes, em termos políticos, é a não aceitação de uma ação meramente formal. O formalismo presente nas concessões através dos conflitos de classe no Brasil foram, historicamente, ações com limitações profundas a respeito do que chamou de “radicalismo democrático” (FERNANDES, 2010). Desta forma, como demonstra em “O desafio educacional” (FERNANDES, 1989), não existe possibilidade de desenvolvimento educacional sem que este esteja acompanhado de uma mudança de sociabilidade e de cultura cívica norteadas pelas relações democráticas.

³ Para Florestan Fernandes a ideia de compasso de espera representa a atuação histórica das elites brasileiras que se movimentam para a integração ao sistema político-econômico mundial, contudo, sem aprofundar as relações democráticas. Neste sentido, o Brasil encontra-se sempre na expectativa de avançar os pilares essenciais da democracia, contudo, essas expectativas são frustradas pela mentalidade conservadora e reacionária de nossas elites que se “modernizam” para manter o *status quo*.

A educação, em todas as suas instâncias (FERNANDES, 1966), justifica-se pelo seu papel humanístico, que contempla o desenvolvimento humano para além do ensino sistematizado e, desta forma, considera o social como fator determinante em seu saber fazer. Por isso, ao detectar como característica da sociedade brasileira a ausência do elemento democrático e sua subjugação ao conservadorismo (em suas várias dimensões), Florestan Fernandes sinaliza para a necessidade de mudança, que em suas obras educacionais, se traduz no conceito de “reforma”.

Para Florestan Fernandes (1984) o “elitismo” da educação, como parte de uma cultura distante de qualquer “universalismo de procedimentos” (NUNES, 2004), é uma das principais justificativas de sua reforma. As frações de classe que se encontravam dentro do sistema educacional brasileiro não entendiam isso como uma necessidade para o desenvolvimento social do país. Desta forma, tomar como suficientes medidas meramente formais, como a promulgação de leis e decretos, não faria o necessário para que as mudanças efetivas ocorressem na educação.

Florestan Fernandes (1966; 1975; 1984; 1989) antecipou o que Wallerstein (2001) chamou de efetividade histórica, ou seja, por um lado, a problematização do que as instituições democráticas prometem formalmente através de suas ideologias, por outro, o que realmente delinea o processo histórico e ganha materialidade social. Desta forma seu descontentamento não podia abrir mão de certa dose de “radicalismo” (CANDIDO, 1990), principalmente, pela existência de uma cultura dominante altamente conservadora espalhada por várias instâncias sociais.

Florestan Fernandes (1975; 1984; 1989) também antecipou o que Mészáros (2008) chamou de “educação para além do capital”, pois parte significativa das propostas educativas estavam sendo disputadas em âmbito político através do financiamento de políticos representantes do setor “privatista” da educação (FERNANDES, 1966). Desde a década de 1960, o sociólogo paulista defende que a educação não pode ser tratada como um mero negócio, onde frações de classe deturpam a instância política representativa do país para legitimar interesses meramente capitalistas e comerciais de uma minoria. Além disso, a ocupação desses espaços por interesses tão exclusivos, torna tais instâncias nocivas aos direitos da maior parte da população.

Assim a educação no Brasil é atacada e limitada de várias instâncias, uma vez que seu desenvolvimento, através da cultura conservadora prevalecente, a torna um instrumento de distinção social. Para Florestan Fernandes (1989), a educação deve integrar o próprio projeto

de sociedade e proporcionar, através de sua democratização e da melhoria das condições sociais, algum nível de equidade entre os integrantes da população brasileira.

Reformar a educação assim se justifica pela verificação de um abismo entre os favorecidos e a classe pobre no Brasil, significa socializar e dar condições de desenvolvimento humano e de competência técnica e intelectual para melhoria da cultura cívica, significa incentivar a luta por direitos e a participação social pela radicalização democrática, assim, entre tantos importantes significados apresentados, compreende também a demolição da ideia de um “circuito fechado” (FERNANDES, 2010).

Esta perspectiva salienta que, para a maior parte da população brasileira, estas estruturas conservantistas, impedem que a população, de modo geral, acesse os espaços de deliberação, exercício político, cidadania plena, educação, entre outros. O circuito fechado apresenta uma sociedade de uma elite que circula separada das disputas propostas pelo formalismo democrático e, desta forma, toma forma ideológica de um mundo possível quando, na prática social, isso não passa de retórica democrática e elitista (FERNANDES, 2010).

A efetividade histórica no Brasil (WALLERSTEIN, 2001) tem demonstrado que a democracia, para a maior parte da população brasileira, se faz através de uma roupagem moderna que, para a população pobre e excluída, não ganha “efetividade histórica”. Por isso o mínimo que se pode fazer é lutar para que a democracia efetiva, inclusiva – que torne cada sujeito consciente de seu lugar no mundo em si e para si – ganhe status de realidade histórica (FERNANDES, 1975; 1989).

Quando escreve um de seus últimos trabalhos sobre educação, e um dos últimos de sua vida, Florestan Fernandes (1989) havia passado pela experiência de deputado constituinte. Ele viu e experimentou o formalismo democrático onde, segundo ele (FERNANDES, 2014), os interesses mais urgentes para direcionar o país para um projeto de radicalização democrática eram, cotidianamente, barrados por frações conservadoras e reacionárias durante a elaboração da Constituição promulgada em 1988.

Desta maneira, desde a década 1960, quando denunciou o financiamento de parlamentares cujo propósito era direcionar recursos públicos para o setor privado da educação (FERNANDES, 1966; 1989), Florestan Fernandes trata o tema da reforma educacional. Em sua análise a urgência não se limita à democratização do ensino e ao aprofundamento da melhoria da condição humana no Brasil, mas sim, de forma dialógica, a uma revisão dos próprios rumos da sociedade brasileira enquanto um projeto civilizacional. Assim, se a educação não é determinante para o alcance de qualquer projeto desta envergadura, muito menos, poderá

alcançar qualquer avanço sem o trato que sua magnitude merece em qualquer horizonte civilizacional moderno.

FORMAÇÃO HUMANA E LIBERDADE

Outro tema marcante na sociologia da educação de Florestan Fernandes é a relação entre formação humana e liberdade, que é salientada diversos momentos, principalmente, em contraste aos interesses mercadológicos imperantes através das classes dominantes e empresariais atuantes na educação (FERNANDES, 1966; 1989). Para Florestan Fernandes (2005) subsiste no Brasil uma condição humana precarizada propositalmente que tem, entre suas principais consequências, a perpetuação de uma elite que se nutre dessa desigualdade resguardando sua posição como um privilégio.

Neste sentido a condição humana no Brasil, além das consequências estruturais resultantes das desigualdades do capital, envolve uma atuação consciente que visa a manutenção de estruturas que não visam o desenvolvimento humano através de um projeto de sociedade (FERNANDES, 1989). Antes manifesta-se de forma defensiva e reacionária quanto a qualquer possibilidade de “radicalização democrática” (FERNANDES, 2010). Segundo Florestan Fernandes (1966, p.72), tal situação, “mesmo à luz do precário conhecimento que temos dessa nossa realidade nacional, parece um truísmo o fato de o valor social atribuído à educação escolarizada sempre ter sido pobre e estreito”.

Para Florestan Fernandes a constatação da necessidade de humanizar a educação se encontra no fato de que a preparação do homem para a vida se depara com os chamados dilemas educacionais”. Estes “(...) traduzem as inconsistências das instituições educacionais e dos sistemas de ensino em face da ordem econômica, política e social da “sociedade de massas” (FERNANDES, 1966, p.102).

Por constatar a existência da ordem burguesa que visa a universalização das relações humanas para melhor estabelecer seus padrões político-culturais, Florestan Fernandes salientou o aprofundamento da distância entre os modelos educacionais e a valorização da humanidade e toda a sua complexidade. Por isso enfatizou a necessidade de reformas, de democratização do ensino e de uma agenda educacional cujo pleito ultrapassasse os muros universitários e atingisse a sociedade e sua cultura política (FERNANDES, 1966; 1975; 1984; 1989).

Florestan Fernandes tomou a educação com fronteiras mais amplas do que o simples estar na escola e/ou a existência de um espaço para onde são mandadas cotidianamente as crianças, jovens e adultos. A educação é um ato político que, em uma sociedade que se diz

democrática, deve manifestar cotidianamente seus pilares e fazer valer a democracia como parte de uma cultura cívica (FERNANDES, 1989). Por isso sua ênfase na educação humanística que busque romper com as amarras conservadoras e de exclusivismo de classe que imperam historicamente no Brasil.

Educar com propósitos humanísticos e com liberdade – este último conceito associado à construção da própria cultura democrática – se inscreve no desafio civilizatório brasileiro, no grande e complexo trabalho de construção de uma sociedade que, mais do que uma roupagem democrática, viva a “efetividade histórica” (WALLERSTEIN, 2001). Neste sentido a educação se faz em tons de “revolução” que, para Florestan Fernandes (1989, p.37): tem a “(...) a importância de retomar a causa e de chegar-se a uma evolução educacional que corresponda à auto-emancipação coletiva dos trabalhadores e dos oprimidos”.

A educação que no dizer de Mészáros (2008) deve ser para “além do capital” encontrou sentido na sociologia de Florestan Fernandes através de uma percepção de educando e de humanidade que extrapola os muros escolares. A educação deve assim se preocupar com os efeitos do trabalho infantil sobre a evasão escolar, com as desigualdades de renda que impede o rendimento escolar através da perversa e dura fome, com a falta de oportunidades e de inclusão, com a desumanização das relações políticas e institucionais, entre tantos fatores que fazem da educação, para o Brasil, uma “questão”; ou seja, um problema de importância primordial para que se busque uma concepção de desenvolvimento que ultrapasse as perspectivas excludentes e conservadoras do simples mercado e suas normativas pautadas em índices (FERNANDES, 1989). Desta forma, afirma Florestan Fernandes (1989, p.44) que “acostumamo-nos a uma escola e a papéis de todos esses agentes que se fecham sobre si mesmos, como se todas as instituições fossem iguais”.

Com isso Florestan Fernandes aponta para a necessidade de uma “metamorfose” educacional com o fito de não se conter em puro e simples formalismo. A construção de uma sociedade democrática tem na educação um pilar de suma importância que, se não é determinante, tão pouco pode ganhar materialidade histórica sem ela. Para isso necessita romper a histórica estrutura conservadora e elitista, estendendo seus objetivos para além do estar na escola, mas sim, para o estar no mundo e como sujeito de sua construção (FERNANDES, 1989; 1966). Florestan se aproxima da “pedagogia da autonomia” de Paulo Freire (2018) onde a “vida e o significado cultural criador” pode ser entendido com a atribuição de sentido no fazer educacional através do “círculo cultural” freireano.

Retomar assim a ideia da necessidade de reforma educacional (FERNANDES, 1975; 1984) ganha um sentido mais amplo, pois localiza a condição humana no Brasil em uma

determinação histórica e singular. Essa se faz através da exclusão da maioria da população e pela naturalização dos mecanismos de exclusão que agravam os efeitos de estratificação social aprofundados pela “revolução burguesa” no Brasil (FERNANDES, 2005). Esta trouxe a promessa do avanço das relações democráticas e da ampliação de oportunidades para a transformação social com benefícios mais extensos à população de modo geral. Contudo, sem negar as mudanças causadas pela reorientação de paradigma econômico e político no Brasil, Florestan Fernandes nos alerta de que a “metamorfose” não foi realizada com sucesso.

Temos um Estado Democrático de Direito, uma constituição (dentre tantas), um discurso de liberdade e de democracia, liberdade de credo, direito à escolha de representantes e de sermos representantes políticos entre tantos elementos da roupagem democrática. Contudo, como afirma Wallerstein (2001), a efetividade histórica de tais instituições, no que tange, ao menos, à maior parte da população brasileira, ainda não se aconteceu. Por isso, apesar da ideologia burguesa jogar ao vento os avanços da modernidade burguesa, para Florestan Fernandes (1966; 1975; 1984; 1989), a metamorfose apenas começou e está longe de concluir-se.

Podemos assim concluir que para Florestan Fernandes a educação encontra-se para além das escolas e universidades, uma vez que esta possui um papel civilizatório e humanístico que transcende a socialização de conhecimentos científicos. Educar é assim uma escolha política, de posicionamento e de compromisso que ultrapassa as concepções liberais e individualistas de existência (Fernandes, 1966; 1989).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica endereçada ao trato educacional pelas elites brasileiras, infelizmente, encontra-se atual, principalmente, considerando que muitos dos argumentos e denúncias apresentados por Florestan Fernandes vigoram a mais de 60 anos. Isso evidencia que a marginalidade enfrentada pela educação no Brasil é fruto de uma cultura e não, como apregoam muitos, de conjunturas e/ou desencontros.

É sabido que em determinadas configurações políticas esses elementos nocivos são acentuados, contudo, mesmo em tais momentos, não devemos perder de vista o fato de que o “exclusivismo de classe” (FERNANDES, 2010) é uma condição valiosa para as classes dirigentes que, por isso, nunca dormem. Neste sentido devemos tomar tal cultura de cunho conservantista como proposto por Adorno (1995), ou seja, apesar de passada as tempestades, a cultura da barbárie não morreu com os cataclismas históricos.

Nestes termos, para o enriquecimento de nosso arsenal teórico para os fundamentos da educação, devemos manter um olhar atento para o cotidiano, as mudanças, as reapropriações institucionais e teóricas, com o fito de minar ao máximo os efeitos nocivos do conservantismo e de sua “retórica” (HIRSCHMAN, 2019).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995

CÂNDIDO, Antônio. Radicalismos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, 1990.

FERNANDES, Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre poder institucional**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma política** Paulo: Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

_____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GARCIA, Sylvia G. 2002. **Destino Ímpar: Sobre a Formação de Florestan Fernandes**. São Paulo: Ed. 34.

HIRSCHMAN, Albert. O. **A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.



MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUNES, E. Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Zahar. Rio de Janeiro, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.